

17 julho

Começa o dia com esta pertinente pergunta:

António Eça de Queiroz: Expliquem-me uma coisa: como é que um atrelado apesado pela PJ numa operação de combate ao tráfico de droga pode aparecer agora nas instalações do empreiteiro que fez obras na casa do atual ministro da Administração Interna? É que, a ser verdade verdadinha, enfim... dá mau aspeto. Não dá? Sei lá...



A PJ soube do paradeiro do atrelado, ao que parece, por meio de jornalistas que afirmam ter recebido a "dica" da própria Judiciária. Independentemente do aspeto de vingança interna oculta, há que ter também em conta o facto de os atuais dirigentes da polícia serem da confiança de Luís Neves. Será que o MP vai entregar a investigação do caso à própria PJ? Conferir: Planta de ordenamento do PDM de Odemira revela que ministro da Administração Interna não poderia ter construído qualquer obra na propriedade que não tivesse um uso agrícola.



Sábado, Edição 14 a 20 de julho, João Paulo Batalha escreve: "Polícias, ladrões e ministros. Luís Neves, o ministro que foi uma boa surpresa por não ser político, deu-nos agora a má surpresa: foi sempre político. Há uma espécie de contaminação cruzada entre polícias e ladrões, um intercâmbio regular de vícios e virtudes entre pessoas que estão essencialmente no mesmo ramo de atividade, mas em lados diferentes (nem sempre, necessariamente, "opostos"). A boa literatura vive muito disto: o remorso íntimo do criminoso que se apercebe do dano humano provocado pelos seus crimes, o atalho do inspetor ardiloso, que sempre vai aprendendo truques com os malandros que persegue. Adotarem as manhas uns dos outros, além de inevitavelmente humano, é uma espécie de cortesia profissional, de parte a parte.

Tal como um consultor de políticas de combate à corrupção não consegue deixar de respeitar um bom circuito de lavagem de dinheiro, montado por bons profissionais, quando o reconhece. Como dizia a velha rábula, "é pá e tal, sim senhor". A amizade de Luís Neves com um empreiteiro de Barcelos, seja na componente de construção civil, seja na de construção de relações, não tem nada da sofisticação admirável do grande crime organizado – o crime que "é pá e tal, sim, senhor". Tem, pelo contrário, daquela cultura de informalidade e amiguismo que é bastante mais corriqueira e bastante menos inspiradora, mais franca, mais visível, mas igualmente oleosa.

Precisamente porque tem pouco de verdadeiramente chocante, a conversa rapidamente resvala para questões formais de legalidade administrativa, seja sobre os concursos da Judiciária que, afinal, foram ajustes diretos ou consultas em circuito mais fechado, seja sobre a diferença jurídica entre um "tanque" e uma "piscina" – sendo que a diferença substantiva é que, enquanto a piscina serve para banhos, o tanque serve para banhadas.

A discussão sobre as minudências administrativas do licenciamento de pequenas obras particulares é a que mais interessa ao ministro e ao Governo, porque é a que melhor permite distrair do escrutínio verdadeiramente relevante. O ministro da Administração Interna, enquanto diretor nacional da Polícia Judiciária, transportou para a esfera privada uma relação de negócio que iniciou na esfera pública. Um empreiteiro que tinha como cliente público a Polícia Judiciária ganha como cliente privado o diretor nacional. É óbvio que isto devia ter sido evitado, porque levanta uma dúvida imediata (mesmo que se revele infundada) sobre a defesa do interesse público, a partir do momento em que se soma a essa relação um interesse particular.

Em inglês, há uma palavra para isto que aponta as más práticas sem se prender à distinção entre o que é ilegal e o que é tecnicamente legal, mas pouco ético: "wrongdoing" é a palavra que descreve a ideia de "não fazer o que está correto". Em português, o mais próximo seria "malfeitoria", palavra antiquada, usada por umas raras almas hipersensíveis e que, portanto, soa pouco certa neste contexto. Não estamos aqui perante um grande complô criminoso.

Estamos "so" perante os vícios reconhecíveis do nacional-porreirismo, com os quais os portugueses até contemporizam – a menos que reconheçam no jeitinho e no amiguismo concreto um catálogo de vantagens que não está ao alcance de todos, mas é privilégio exclusivo de uns poucos, bem relacionados.

Neste caso, agravado pela incapacidade do ministro de documentar uma relação de negócio que nasceu e vive na informalidade, é óbvio que, mesmo nos seus aspetos tragicamente corriqueiros, o episódio mancha Luís Neves e o Governo. O então diretor nacional da PJ foi uma boa surpresa quando foi chamado para o Ministério da Administração Interna, precisamente porque não era um político: era um servidor público com décadas de carreira na Polícia Judiciária e uma boa imagem de alguém que resolve problemas, em vez de criá-los.

Na verdade, muito do sucesso de Luís Neves na PJ veio, ironicamente, da sua capacidade política de forçar os vários Governos a disponibilizar capacidade orçamental para reforçar meios, renovar instalações e apetrechar a polícia. Esse mérito é dele e é indiscutível. É mérito de alguém que trouxe peso político à função.

Afinal, percebemos agora que ele também era político, noutro tipo de vícios, tão regularmente alvo da atenção da Judiciária. O vício da informalidade, para começar, que entrega a um empreiteiro amigo uma obra particular, sem contrato escrito, sem orçamento acordado, a pagar o que calha quando calha, sem autos de medição de obra, com alusão vaga a umas faturas que ninguém viu e que ele não mostra — nem faturas, muito menos comprovativos de pagamento.

Neste vício da informalidade amigável, em que um almoço entre gajos porreiros serve de contrato, Luís Neves adotou o velho hábito de ir além do que a lei permite e ficar aquém do que a ética exige. Que isto tenha acontecido quando o agora ministro era diretor nacional da Polícia Judiciária mancha, infelizmente, a própria PJ.

De governantes (constatação deprimente) já todos esperamos alguma história sobre favorzito, dado ou recebido. De um polícia esperamos melhor. Talvez seja altura de adotarmos o bom discurso que Luís Neves sempre teve, nos seus tempos da PJ, quando algum dos seus inspetores era apanhado no lado errado desse velho intercâmbio entre polícias e ladrões: vamos atrás de todos, até dos nossos. Porque, de facto, além da imprudência, da informalidade e do jeitinho-com-falta-de-jeito, adensam-se indícios de violações potenciais da lei. Não só no licenciamento ou na comunicação prévia das obras (deixo para mentes superiores a distinção jurídica entre "tanque" e "piscina"), mas também em planos mais sérios. Em primeiro lugar, está na cara que o então diretor nacional da PJ violou o seu dever de exclusividade ao manter a Alcampos, empresa de alojamento local dona da obra em Odemira, na sua esfera familiar. É verdade que a empresa não é "dele", mas sim da esposa (com quem está casado em comunhão universal de bens).

Isso pode colocá-lo numa posição de legalidade formal mas, entretanto, já todos percebemos que quem toma as decisões é Luís Neves – é ele quem escolhe o empreiteiro, é ele quem manda fazer as obras, é ele quem toma as decisões de gestão. O resto é o potencial de recebimento indevido de vantagem, que pode existir se o empreiteiro não estiver verdadeiramente a cobrar os serviços, ou a cobrá-los a preço de amigo, ou em condições especiais de pagamento, quanto a prazos ou prestações. Para preencher esta tipologia penal específica, basta provar que o ministro está a receber condições "amigáveis" incompatíveis com as condições normais de mercado e que está a receber essas benesses em função da posição que ocupava como diretor da PJ ou da posição que ocupa hoje como ministro.

Basta ouvir o empresário João Santos Carvalho, na conversa gravada pelo Nascer do Sol, a gabar-se publicamente da sua relação de proximidade com o ministro para perceber a motivação desta "amizade" por parte do empreiteiro. Aqui chegados, já não há como Luís Neves sair bem deste filme. Descarregar uma listagem de mais de 100 faturas, como Luís Neves fez ontem ao Observador (sem verdadeiramente publicar os documentos propriamente ditos e os comprovativos de pagamento) é uma tentativa mal-amanhada de reclamar uma transparência que continua a não aparecer. Servirá para o primeiro-ministro clamar hoje, no debate do Estado da Nação – como certamente fará – que está tudo esclarecido e que o ministro

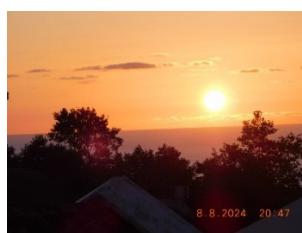
até publicou mais de 100 faturas (quando, na verdade, publicou, mais uma vez, uma listagem, não os documentos propriamente ditos, com indicação detalhada dos serviços prestados) e comprovativos de pagamento.

O que Luís Montenegro devia mesmo fazer era anunciar uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças sobre todos os contratos entre o universo empresarial da Construbarcelos e a Polícia Judiciária. Isso permitiria assegurar que, sejam quais forem os desenvolvimentos na vertente da obra particular de Luís Neves, o Governo agisse para defender o interesse público. A segunda coisa a fazer é ouvir o primeiro-ministro sobre o que ele acha do critério ético do seu ministro da Administração Interna. Mas nesse ponto, enfim, a Spinumviva responde facilmente por Luís Montenegro. Consta que a firma – atualmente - nem tem alvará válido para fazer obras...

Segundo a CNN Portugal, o veículo foi colocado num parque de bens apreendidos no Seixal e transportava, quando foi apreendido, bidões selados com produtos químicos, incluindo amoníaco. Já em 2025, o atrelado desapareceu do parque. No sábado, às 18h30, uma equipa da TVI, da CNN Portugal e do Sol localizou-o a cerca de 350 quilómetros de distância, acoplado a um camião da Construbarcelos, em Barcelos. Na quarta-feira, quando os jornalistas regressaram ao local, o atrelado já não se encontrava ali. Quando o atrelado desapareceu, em 2025, o diretor nacional da PJ era o atual ministro da Administração Interna, Luís Neves, que deixou o cargo em fevereiro deste ano, após cerca de oito anos à frente da polícia. A CNN Portugal afirma ter apurado que a movimentação de bens apreendidos à ordem de processos-crime carecia de autorização do diretor nacional da PJ. Segundo a estação, o proprietário original do atrelado é Armando Caixeirinho, apontado como cabecilha da rede desmantelada na Operação Pacoba e sobre quem pende um mandado de detenção europeu por estar em fuga.

Travessas ferroviárias usadas numa mesa e em dois bancos. À localização do atrelado soma-se a outra revelação. Segundo o Nascer do Sol, Luís Neves terá encarregado o mesmo empreiteiro de construir uma mesa e dois bancos de jardim para uma propriedade no Alentejo, a partir de travessas de madeira provenientes do desmantelamento de linhas ferroviárias desativadas. O jornal relata que a alegada oferta das travessas ocorreu em 2025, durante um almoço na sede da PJ, no qual a instituição homenageava a Infraestruturas de Portugal. Um representante da empresa pública terá referido que estava em curso a desativação de uma linha ferroviária. Neves, ainda diretor nacional da PJ, terá manifestado interesse em receber algumas travessas. João dos Santos Carvalho terá ficado encarregado de transportar o material até Odemira e de construir a mesa e os dois bancos. O empreiteiro descreveu o trabalho ao Sol: "Fiz a mesa e os bancos para aí há dois meses. Juntei-lhe quatro traves. Uma pegada à outra. Está muito na moda."

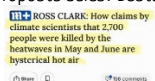
A Infraestruturas de Portugal garantiu ao jornal que "não existem quaisquer registos" de alienação ou de cedência gratuita dos materiais. O gabinete do ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, afirmou não ter conhecimento do assunto. Um jurista sustenta que o abandono das linhas ferroviárias é apenas aparente e que a retirada não autorizada de partes da infraestrutura poderia configurar furto qualificado.



Sol deve chegar aos Açores, provavelmente, só em agosto... A situação meteorológica a que temos assistido deve manter-se semelhante até ao final deste mês, podendo haver alguns dias excecionais, refere a Delegação dos Açores do Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA). Autor: Lucas Rebelo/Nuno Martins Neves. As nuvens devem manter-se, ao que tudo indica, sobre os céus açorianos até final do mês de julho, podendo haver dias com mais sol, mas também outros com chuva fraca. A situação é semelhante em todas as ilhas do arquipélago, com menor nebulosidade nos grupos central e ocidental. Como já escrevi bastas vezes, a minha avó paterna contava-me, quando era pequeno, que havia sol: era uma espécie de bola redonda amarelada que aparecia muito nos céus durante o dia e à noite era trocada pela sua prima sombria, a Lua... (se não acredita veja aqui Vila Franca do Campo <https://www.facebook.com/reel/1961371157874557> hoje)



Andava preocupado, pois pensei que a Reflect Orbital já estava a cobrar pelo seu uso, como anunciado há dias. Comece, pois, a preparar-se para pagar pelo sol, que até agora era gratuito...Uma empresa chamada Reflect Orbital acabou de receber luz verde para controlar e vender energia solar aos clientes por meio de satélites. Qual é a proposta deles? Basta premir um botão numa aplicação e eles irão direcionar a luz solar para a tua localização exata em menos de 30 segundos.



Pode ser que depois não haja tantos mortos pelo calor, como ciclicamente as agendas de desinformação nos comunicam. Desmontar a falsa informação sobre o medo e o pânico: Muito bem... como o Ross Clark salienta, a alegação de que 2 700 pessoas morreram devido ao calor é uma treta. Foi apresentado como um número real de mortes. Mas não era. Tratava-se de um exercício de modelação e... não correspondia à mortalidade real. A UKHSA não constatou NENHUMA mortalidade excessiva durante a onda de calor de maio. E nas duas semanas de dados publicados pelo ONS, que abrangem a maior parte da onda de calor de junho, os registos de óbitos ficaram, na verdade, 918 ABAIXO do esperado. Mas as manchetes históricas promoveram a narrativa como se fosse um facto. Como sempre, questionem tudo

Custo? Alguns milhares de dólares por hora. Querem colocar em órbita uma constelação de satélites capazes de refletir a luz solar a pedido, basicamente alugando o sol. Isto é controlo de outro nível. Primeiro ficam com a terra, depois com a água e agora querem o céu.

Depois, acontece o mesmo que os consumidores do SMAS em Setúbal que pagam mais do dobro pelo tratamento do lixo do que pela água consumida, que surge na mesma fatura. Os recentes aumentos nas faturas da água em Setúbal devem-se ao agravamento das taxas de resíduos. A Câmara Municipal aprovou um novo tarifário que tem gerado grande descontentamento, com as taxas a pesar mais do que o consumo real, o que tem sufocado milhares de famílias e negócios locais. Em média, as faturas da água em Portugal variam entre 5 e 40 euros mensais. Contudo, devido aos recentes agravamentos, muitos relatos em Setúbal apontam para valores muito superiores (300 € e mais) e desproporcionais. O motivo principal do aumento abrupto não é o consumo de água em si, mas sim o forte agravamento das taxas de resíduos (lixo) aprovadas pela Câmara Municipal de Setúbal. Famílias e pequenos empresários têm reportado um aumento drástico dos custos, sentindo que estão a pagar dívidas à autarquia. A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) considerou que o novo tarifário aprovado apresenta incumprimentos legais, uma vez que não contou com o parecer prévio do regulador. Em resposta à revolta generalizada, a Câmara Municipal de Setúbal aprovou um apoio extraordinário para mitigar o impacto na economia local. Há até uma nova campanha eleitoral.

Eu, nesse capítulo, não me queixo: em junho, a conta foi: 3 m³ de água (6,79 €), 5,26 € de resíduos urbanos e 0,27 € de IVA = 12,32 €. Mas, claro, não desejo que os setubalenses se mudem para a Lomba da Maia. Lá se ia o sossego.

22:14

Tudo indica que o problema resulte de uma falha e precipitação na gestão dos recursos humanos disponíveis, entenda-se, dos professores classificadores. É que, na 3ª, a larga maioria foi dispensada após finalizar o processo de classificação, quando, pelos vistos, ainda havia provas por digitalizar e distribuir. É natural que agora faltem classificadores e muitos até recusem, dado o desgaste que lhes provocou as graves falhas na organização e operacionalização do processo de digitalização.

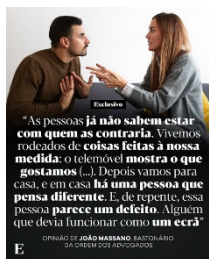
sicnoticias

Ministro da Educação: "Não estamos a conseguir fechar as provas porque faltam professores classificadores"



São 18h. sexta-feira de dia 17, data final do prazo adiado sucessivas vezes e nenhuma escola do país tem pautas afixadas. Esta manhã, o ministro garantiu que o Júri Nacional de Exames tinha "todas as classificações prontas". À tarde, prometeu as notas "nas próximas horas". As horas passaram. As notas, não. Entretanto, o prazo de inscrição na 2.ª fase abriu hoje e fecha na segunda-feira: os alunos têm de decidir se voltam a fazer exames sem saber quais notas tiveram nos primeiros. E, se pedirem reapreciação, pagam um depósito de 25€ por prova. O mínimo, e é urgente: alargar os prazos da segunda fase e da reapreciação e isentar as famílias das taxas. O caos não para de crescer. O descrédito de Fernando Alexandre também não. CRISE da correção de exames, cujos resultados sairão (quando não se sabe!), há mais novidades. Ontem houve uma reunião com os Diretores de Agrupamentos para explicitar o processo após a afixação das notas. Parece que nem tudo foi devidamente acertado ou, pelo menos, que não foi criado um critério que não criasse mais desigualdade. Hoje, as notícias dão-nos a conhecer diferentes procedimentos. Umas criam e-mails dedicados; outras "disparam" os e-mails com as provas para todos, independentemente de pedido; e outras, se as notas saírem tarde, só na 2ª feira. É pena que a autonomia das escolas seja apenas quando o caos já está instalado.

Info Açores **Margarida Veiga**: Aparentemente, Ministério terá dado o processo como fechado para muitos classificadores antes de distribuir todas as respostas para avaliação. Por outro lado, alguns professores classificadores nunca receberam nada para classificar e até terão informado o ministério por via oficial. Há professores que receberam hoje, dezenas de respostas para classificar.



Era uma vez a liberdade na Europa (Reino Unido) Päivi Räsänen foi impedida de simplesmente fazer escala em Londres. Uma deputada eleita democraticamente que só precisava trocar de avião – e, de repente, o sistema impede-a de viajar. Sem qualquer explicação. Uma política condenada por expressar as suas crenças cristãs está agora também a ser impedida de viajar. A sua autorização de entrada (ETA) foi inicialmente aprovada, mas depois retirada sem qualquer justificação, mesmo antes da partida. O seu marido pode viajar. Ela não. Numa entrevista à Premier Christian News, o Dr. Felix Böllmann, da ADF International, explica o que este incidente revela – e por que razão levanta sérias questões sobre a liberdade religiosa e a liberdade de expressão na Europa.

Detalhes: Uma avó cristã e deputada eleita viu-se no centro de um debate internacional — não por um crime, mas por uma crença. Päivi Räsänen, deputada finlandesa, terá sido impedida de transitar pelo Aeroporto de Heathrow, em Londres, depois de as autoridades terem manifestado preocupações com as suas declarações anteriores sobre os ensinamentos bíblicos relativos à sexualidade. Räsänen, cristã de longa data e ex-ministra do Governo finlandês, tem enfrentado anos de controvérsia jurídica após ter expressado publicamente a sua interpretação das Escrituras, incluindo referências a Romanos 1:24-27 no que diz respeito à moralidade sexual. Ela negou as acusações de que os seus comentários fossem motivados pelo ódio, afirmando que estava a defender as suas convicções cristãs e a liberdade de expressar crenças bíblicas. Líderes cristãos, incluindo Franklin Graham, responderam exortando os crentes a orarem por Räsänen. Graham escreveu que era difícil acreditar que ela tivesse sido impedida de viajar «simplesmente devido à sua crença na sexualidade bíblica», acrescentando que ela se tinha «mantido firme na Palavra de Deus». O caso desencadeou um debate mais alargado entre os cristãos sobre a liberdade religiosa, a liberdade de expressão e o lugar das crenças bíblicas tradicionais nas sociedades ocidentais modernas. Os defensores afirmam que a situação de Räsänen representa uma pressão crescente sobre os cristãos que expressam os ensinamentos históricos da Igreja, enquanto os críticos argumentam que as declarações públicas sobre a sexualidade devem ser avaliadas no contexto da igualdade e da dignidade humana. Para muitos crentes, o debate gira, em última análise, em torno de uma questão mais ampla: podem os cristãos permanecer fiéis às convicções bíblicas enquanto vivem em culturas que discordam cada vez mais dessas crenças? À medida que o caso de Räsänen continua a atrair a atenção internacional, muitos cristãos estão a responder com oração e com apelos à sabedoria, à coragem e à verdade.

Chrys Chrystello comenta: e eu que sou ateu fico apavorado com isto, permite-se tudo aos islâmicos e aos cristãos é isto? Qualquer dia converto-me! E assim deixo de ter de ler as patacoadas destes imãs muçulmanos. Das mulheres que conheci, nem mesmo as mais selvagens se assemelhavam a animais selvagens e, além do mais, não se deixavam treinar...

O Ministro do Interior britânico está a ser criticado por permitir que Yusri Jabar «semeie sementes de extremismo e ódio ainda maiores». Numa das suas pregações durante a sua última visita a uma mesquita de Londres, referiu-se às mulheres como «exatamente como um animal selvagem, basta treiná-la... para que não se torne ainda mais selvagem».



Mas há mulheres e mulheres (A mulher agiu por vingança e o primo a troco de dinheiro: rtpa.short.gy/assassino-sentencia):



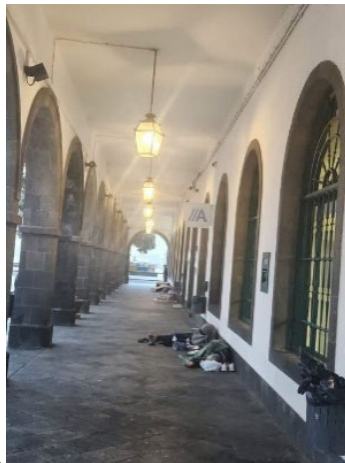
Um migrante marroquino em situação irregular terá alvejado o seu advogado à queima-roupa após perder um processo judicial no sul de Espanha, deixando o advogado hospitalizado em estado grave. O tiroteio ocorreu por volta das 9h30 da manhã de quarta-feira, em El Ejido, Almería, após uma discussão entre o suspeito e o advogado sobre uma indemnização relativa a uma ação judicial que não teve êxito. O advogado tinha representado o suspeito na sequência de um acidente num cibercafé onde o migrante trabalhava ilegalmente. Trata-se de um cidadão marroquino que entrou em Espanha de barco, pelas Ilhas Canárias, há cerca de quatro anos. Recentemente, apresentou um pedido de regularização do seu estatuto de imigração no âmbito da amnistia em massa do primeiro-ministro socialista Pedro Sánchez. O agressor utilizou munições reais, disparando uma velha pistola automática de calibre .32 contra o flanco do advogado à queima-roupa, antes de fugir. A caça ao suspeito pela polícia continua.



O redimensionamento do Hospital de Ponta Delgada está orçado entre 280 e 300 milhões de euros, com o Orçamento Regional de 2027 a inscrever uma verba para o processo, informou hoje o presidente do Governo dos Açores. José Manuel Bolieiro – que apresentou, em Ponta Delgada, aos partidos com assento parlamentar o programa funcional do Hospital Divino Espírito Santo (HDES) – afirmou, após o encontro, que “a proposta que o Governo Regional apresentará para o Orçamento de 2027 já garante as verbas necessárias ao início de todo o processo”. Bolieiro salvaguardou tratar-se de avançar “desde logo com o pós-programa funcional de arquitetura” e “corresponder mesmo à obra possível, de seguida”. O líder do executivo açoriano recordou que o Governo da República, “não apenas com a palavra, logo na primeira hora, após o incêndio do HDES em 2024, mas também através de uma resolução do Conselho de Ministros, comprometeu-se a assegurar o financiamento em 85%”. José Manuel Bolieiro disse esperar que o redimensionamento do HDES esteja concluído no “final desta década”, e que o executivo açoriano vai “articular com o Governo da República as suas possibilidades” no quadro do “compromisso de cofinanciamento”. O presidente do Governo Regional admitiu que “pode haver ainda soluções mais favoráveis”, como o financiamento comunitário da obra, a par do “compromisso assumido, com valor jurídico-político”, pela República. De acordo com o esboço do Programa Funcional do HDES, noa atual hospital modular funcionará o novo centro de ambulatório do HDES, que incluirá a consulta externa e o hospital de dia. O atual programa funcional prevê a construção de novos edifícios (60% da área de ampliação) e a remodelação dos restantes (40% da área de remodelação).

Está prevista a construção dos novos corpos de urgência e UCI, assistencial, medicina hiperbárica, centro de ambulatório, edifício da hemodiálise, nova área multiúso, que contempla edifícios de logística, de administração e de serviços administrativos, áreas de formação e investigação e ecocentro hospitalar. Prevê-se que “até ao final de 2027 o processo esteja concluído com o lançamento do concurso público internacional para a requalificação, redimensionamento e reparação do HDES”. Está previsto o aumento das camas de internamento de 437 para 500, com possibilidade de expansão para 641 em situações de necessidade; o aumento do bloco operatório, com 10 salas de cirurgia programada; bem como a duplicação do bloco de partos, passando de uma para duas salas. A consulta externa vai crescer de 60 para 139 gabinetes, e o número de postos de hemodiálise passa de 23 para 35 monitores, com especial atenção às áreas sob forte pressão do HDES, como o serviço de urgência, a unidade de cirurgia de ambulatório e os hospitais de dia (com especial atenção à área de oncologia).

O desenvolvimento do programa funcional resultou de “um processo participativo multidisciplinar, com um total de 50 reuniões e mais de 75 intervenientes”.



da Miséria....Ponta Delgada, capital da cultura 2026,

Foto de Maria Aguiar

Um novo relatório demográfico da UE alerta que, sem a migração, o bloco terá dificuldades em preencher vagas de emprego, financiar as pensões e sustentar o crescimento económico. A população da Europa está a envelhecer, as taxas de natalidade estão a diminuir e a força de trabalho está a encolher. Prevê-se que, até 2038, as pessoas com mais de 65 anos venham a ser mais numerosas do que as com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, o que irá remodelar profundamente o mercado de trabalho europeu.

A Assembleia da República aprovou esta sexta-feira um conjunto de recomendações que instam o Governo a avançar com a reabertura integral da Linha Ferroviária do Corgo. - A decisão, que marca um passo fundamental para a mobilidade do interior norte de Portugal, resulta da aprovação das propostas apresentadas pelos grupos parlamentares do Chega, Livre, Bloco de Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP). O desfecho desta votação assinala um momento de amplo consenso político na defesa das infraestruturas transmontanas. Às iniciativas destas forças políticas juntaram-se os votos favoráveis do Partido Socialista (PS), do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e do Juntos pelo Povo (JPP). Por seu turno, as bancadas do Partido Social Democrata (PSD), da Iniciativa Liberal (IL) e do CDS-PP optaram pela abstenção, espelhando, ainda assim, a viabilidade de uma reivindicação que há anos ecoa nas populações dos vales do Douro e do Alto Tâmega. Com uma extensão de aproximadamente 96 quilómetros, a histórica Linha do Corgo foi outrora a espinha dorsal do transporte na região, garantindo a ligação estruturante entre Peso da Régua, Vila Real e Chaves. O seu desmantelamento traduziu-se num processo faseado e severo para as dinâmicas locais: os 71 quilómetros que uniam Vila Real a Chaves foram encerrados em 1990, ao passo que o troço remanescente até à Régua foi desativado em março de 2009. Na altura, o encerramento justificou-se pela necessidade de obras de requalificação, mas o comboio nunca mais voltou aos carris. Após mais de uma década de isolamento ferroviário e de avanços para transformar o canal numa ecovia, a persistência incansável de vários movimentos cívicos ganha agora um novo e decisivo fôlego institucional. A aprovação parlamentar destas recomendações sublinha a urgência de combater as assimetrias territoriais, exigindo que o Executivo encare a Linha do Corgo não como um vestígio do passado, mas como um eixo de investimento estratégico, sustentável e crucial para a coesão económica do distrito de Vila Real.



Vila Real, 17 de Julho de 2026

COVID was never about keeping us safe and healthy. It was never about saving lives. It was never about who was more compassionate than someone else.

It was 100% about compliance, control, fraud, and empowering our enemies.



"THEY ARE OUT TO GET YOU": German MEP Christine Anderson Drops Bombshell Warning Against Globalist Control



"A eurodeputada alemã Christine Anderson: A chamada «pandemia» foi um teste beta — conduzido por globalistas não eleitos — para ver quão fácil seria assumir o controlo totalitário, sob o pretexto de uma «emergência» global. «O objetivo, em última análise, é transformar as nossas sociedades livres e democráticas em sociedades totalitárias. O objetivo deles é privar cada um de nós de nossos direitos fundamentais: liberdade, democracia e Estado de direito. Querem livrar-se de tudo isto.» «Em toda a história da humanidade, nunca houve uma elite política preocupada com o bem-estar das pessoas comuns, e agora não é diferente.»

Bill Gates Pushes Plan to Lock Down Healthcare, Education, Banking with Digital ID



Numa entrevista recente à CNBC, o cofundador da Microsoft, Bill Gates, reacendeu profundas preocupações relativamente a uma rede de controlo tecnológico emergente, defendendo abertamente que a identificação digital se torne a espinha dorsal dos serviços essenciais em todo o mundo. Gates elogiou os sistemas existentes na Índia e na China e instou governos, bancos centrais, organizações internacionais, bancos, empresas de telecomunicações e empresas tecnológicas a criarem rapidamente infraestruturas

semelhantes noutros locais. O resultado, na sua visão, é um quadro unificado de identidade digital que liga quase todos os aspetos da vida quotidiana: desde transações financeiras e cuidados de saúde até à educação, à votação e aos serviços públicos. Neste modelo, os governos e os bancos centrais estabeleceriam o sistema central de identidade, com as entidades privadas a desenvolverem-no a partir daí. Os defensores chamam-lhe progresso e inclusão.

Os críticos alertam que isso cria um poder sem precedentes para monitorizar, restringir ou negar a participação na própria sociedade. Assim que os serviços essenciais estiverem associados a um único perfil digital, o incumprimento (ou uma falha do sistema) poderá efetivamente excluir os indivíduos da vida moderna.

Esta pressão surge no contexto de esforços paralelos que aumentam os riscos. A Organização Mundial de Saúde, juntamente com figuras como o presidente francês Emmanuel Macron, está a exigir sistemas obrigatórios de verificação de idade para plataformas online sob o pretexto da proteção infantil, um mecanismo que requer inevitavelmente verificações abrangentes da identidade digital de todos os utilizadores. Nos Estados Unidos, propostas semelhantes estão a surgir em iniciativas políticas democráticas, incluindo apelos à verificação universal para fazer cumprir as restrições de idade nas redes sociais. O que começa como uma medida de «segurança» ou «inclusão» pode rapidamente expandir-se para um controlo abrangente sobre a banca, a medicina, a educação, as viagens, o emprego e a liberdade de expressão. A história mostra como essa infraestrutura, uma vez implementada, se torna difícil de contornar.

Gates apresenta a iniciativa como uma força para o bem, ao permitir o acesso a serviços e a finanças digitais às populações carenciadas. No entanto, a infraestrutura que ele defende acarreta riscos profundos: vigilância centralizada, potencial de instrumentalização política e a erosão do anonimato e da liberdade pessoal num mundo cada vez mais digital. À medida que as instituições globais aceleram estes planos, a questão torna-se cada vez mais urgente: a identidade digital servirá a humanidade ou tornar-se-á a ferramenta definitiva para a controlar?

Os cidadãos, os decisores políticos e os especialistas em tecnologia devem exigir salvaguardas sólidas: descentralização sempre que possível, limites rigorosos à utilização de dados, participação voluntária e proteções inabaláveis contra abusos. A janela de oportunidade para o debate está quase a fechar-se. A agenda global 2030 aperta o cerco.



E, como prometera, a médica ligou para saber as leituras da glicose, absolutamente normais, apesar de ter retirado um comprimido de diabetes, Metformina, e ter passado outro à metade da dose.

O jardineiro, foi finalmente contactado e virá na segunda-feira, pois o quintal está assim:

nem um mês se passou e o quintal já tem este mato desta altura à espera de roçar...o jardineiro não tem andado disponível por estas bandas, vou ter de aguardar...



a ameixeira já deu 2 dúzias de ameixas vermelhas e contêm mais umas tantas. Os novelões como aqui chamam às hortênsias, hidranjas) começam a florir, os azuis são de terra ferrosa, os outros ainda não aprendi... a primeira imagem o dragoeiro mais antigo já mal se vê apesar de ter já atingido um metro de altura nestes 5 anos (chegou do Pico a 17 maio de 2021 para os 20 anos dos colóquios).